

AMÉRICA DO SUL: Variações no Padrão Econômico Internacional e Fases de Integração

AMÉRICA DEL SUR: Variaciones del Estándar Económico Internacional y Fases de Integración

Jackson Francisco de Lima Xavier¹

Resumo

Este trabalho busca trazer uma interpretação dos acontecimentos socioeconômicos/políticos desta década do século xxi sobre a América do Sul e seus efeitos sobre a integração econômica e política regional considerando a hegemonia do sistema econômico mundial e suas imposições. Para tal, faremos algumas considerações sobre o padrão de reprodução do capital internacional e seu padrão monetário relacionado às hegemonias internacionais, para então falarmos da integração regional e seus movimentos mais recentes. Isso nos permitirá, ao final, fazer uma interpretação geral dos padrões político/econômicos da região Sul das Américas.

Palavras-chave: economia; internacional; integração.

Resumen

Este trabajo busca una interpretación de los acontecimientos (socio)económicos y políticos de esta década del siglo xxi sobre América del Sur y sus efectos sobre la integración económica y política regional considerando la hegemonía del sistema económico mundial y sus imposiciones. Para ello, haremos algunas consideraciones sobre el patrón de reproducción del capital internacional y su patrón monetario relacionado a las hegemonías internacionales, para entonces hablar de la integración regional y sus movimientos más recientes. Esto nos permitirá, al final, hacer una interpretación general de los patrones político / económicos de América del Sur.

Palabras clave: economía; internacional; la integración.

¹ Graduando no curso de Ciências Econômicas de a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), no Instituto Latino Americano de Economia e Política (ILAESP). Email: jackson.xavier@aluno.unila.edu.br.

1 Introdução

As ondas de integração são distintas fases do processo de integração que prevaleceram ideologicamente na política econômica internacional dos Países Latino Americanos. Diversos autores, como Nilson Araujo de Souza, Raphael Padula, José Luís Fiori, Amado Cervo e Flávio Sombra Saraiva indicam fases, onde o Latino-americanismo, o Pan-americanismo e o Sul-americanismo foram suas respectivas bases ideológicas. A nível de análise sistemática, as ondas começaram e terminaram com eventos históricos marcantes: a 1ª fase foi permeada por Políticas Estratégicas dirigidas por Estados Nacionais, começando com o fim da 2ª G.G., moldada pelo Consenso de Bretton Woods, pela industrialização, a substituição de importações e protecionismo econômico; a 2ª fase é o fim da primeira, conhecida como de regime aberto (mercadológica), começa a partir de 1991, sendo marcada pela queda do muro de Berlim e governos neoliberais, o fim da URSS e unipolaridade internacional; a 3ª fase, 2003-2016, foi de integração Política Estratégica, marcada por governos progressistas da Argentina, Brasil e Venezuela e multipolaridade internacional. No entanto, desde 2015, com as eleições presidenciais na Argentina, em 2016 com o impeachment da presidente brasileira e a crise política e econômica da Venezuela, mostrou-se evidente uma mudança de rumo desta última fase sobre toda a região, deixando em aberto perguntas quanto ao futuro do regionalismo sul-americano. Com isto em mente, o objeto deste trabalho será analisar o processo de regionalismo desde a primeira fase de integração e destacar no cenário internacional capitalista as tendências que levaram de uma fase à outra. Espera-se com isso trazer elementos teóricos que ajudem a entender as atuais mudanças no cenário internacional e seus efeitos sobre a integração regional nessa última década. Para tal, utilizaremos extratos de alguns textos de autores e notícias que versem sobre o tema. A seguinte seção apresentamos alguns elementos teóricos que nortearão nossa análise. Posteriormente faremos uma revisão do processo de integração desde a primeira divisão internacional do trabalho até o ano 2017. Por fim teremos algumas considerações finais.

2 Padrão de Reprodução do Capital e Sistema Monetário Internacional: condicionantes ao desenvolvimento capitalista periférico.

Aqui, poremos em perspectiva importantes elementos teóricos que ajudarão na reflexão sobre importantes forças no sistema internacional que condicionam o desenvolvimento do regionalismo sul-americano, especialmente nesta segunda década do século XXI, que apresenta importantes crises políticas, econômicas e sociais que deixam interrogações quanto ao futuro da integração latino-americana pautada há pouco tempo por governos de esquerda ditos progressistas. Veremos como a própria expansão mundial do capitalismo imprime novos padrões de reprodução do capital sobre a região e como este mesmo sistema em expansão exigiu a padronização do sistema monetário mundial, condicionando assim o desenvolvimento de regiões periféricas. Jaime Osorio (2012, p. 37-86) indica que o sistema de produção capitalista é compreendido como um sistema mundial heterogêneo (depois de sua mundialização), entendido não por fragmentações isoladas da realidade, mas pela junção do todo.

Esse sistema apresenta padrões de reprodução que se caracterizam historicamente segundo o setor econômico priorizado pelo capital. Os setores são dois: o de bens de produção e de bens de consumo, variando o nível tecnológico e as relações políticas entre classes. O padrão de reprodução ocorre pela repetição de uma pauta produtiva. Alguns elementos importantes nessa teoria são os seguintes. **a) Heterogeneidade:** apesar de ser o capitalismo um sistema que tomou dimensões mundiais e imprimiu padrões na forma de se reproduzir do sistema como um todo, ele assume particularidades regionais que precisam ser analisadas dentro do todo para melhor compreensão. **b) Em tempos históricos específicos** um ou outro setor de produção é mais favorecido pelo capital, o qual deixa rastros marcantes por onde passa, permitindo-se entender por onde ele mais atuou em certos momentos históricos (setor de bens de produção ou o de bens de consumo) e seu padrão, sendo que o valor de uso da valorização do capital define suas características (padrão). **c) Outro elemento importante** nessa noção de padrões é a noção de auge e declínio dos padrões, assim como sua fase de transição, que geralmente produz dissonâncias. **d) Os padrões são traspassados** por interesses políticos conflitantes que repercutem em políticas econômicas (tributação, câmbio, juros, etc), que levam ao favorecimento de algumas classes em detrimento de outras. **e) Cada padrão imprime no espaço geográfico** estruturas particulares da forma de se produzir. Entre 1940 e 1970, os países latino-americanos passaram pela industrialização, o que ampliou a urbanização, a construção de saneamento básico, etc. A partir de 1970 há uma forte mundialização do capitalismo, o que induziu à construção e ampliação de portos, aeroportos, ferrovias, etc, para se exportar os produtos das multinacionais ou matérias-primas. **f) Os padrões não se subordinam de imediato** ao novo padrão que dinamiza a economia. Também, nesse momento, não há clareza de qual setor dinamiza a economia ou a principal tendência para o futuro. Esse é considerado o processo de transição de uma polo dinâmico para outro. Com tais premissas, passaremos ao destaque de três padrões do capitalismo internacional impressos região na América Latina. **1) Padrão agro-mineiro/exportador:** período da exploração mineira que se estendeu até 1920 predominantemente; economias caracterizadas por inversões concentradas em regiões de extração de metais para exportação, o que demandou estruturas ferroviárias e portuárias e política econômica liberal; a partir de 1930 houve uma transição impulsionada pela crise de 1929, que levou à retração da demanda externa de produtos primários latino-americanos e acelerou a industrialização nalguma regiões. **2) Padrão Industrial (1930):** os países que tinham algum desenvolvimento das forças produtivas internas avançaram no fortalecimento destas estruturas; a política econômica se caracterizou por maior atuação do Estado que passou a aplicar mais nos meios de produção; as transformações geográficas se deram com a urbanização e infraestrutura básica nesse ambiente urbano; desde 1950 houve maior participação de capital estrangeiro sobre a região, o que levou ao desenvolvimento de estruturas integradoras da economia regional ao capital externo; de 1970-80 é o declínio e transição desse padrão. **3) Padrão exportador de especialização produtiva (1980):** com a mundialização se dá uma nova divisão internacional do trabalho agora com a atuação das multinacionais e as infraestruturas que integram essas indústrias ao mercado externo (expansão de portos, estradas e ferrovias, etc).

E a própria expansão do capitalismo mundial imprimiu a necessidade da padronização da moeda, que é a intercessora da compra e venda de mercadorias a nível global. Este é um importante fator que limita as regiões periféricas, pois estas financiam a expansão econômica com as poupanças dos países centrais. Como esclarece Eichengreen (2000), os acordos monetários internacionais não são negociados diretamente entre os países (exceto raras vezes), são condições preestabelecidas e impostas. São, portanto, medidas tomadas segundo ações unilaterais de alguns países poderosos que assumem centralidade nas relações internacionais, induzindo os demais a se adequarem a seu padrão, por exemplo, de comercialização. Nesse quadro, a balança de pagamentos aparece como limitador externo aos países periféricos que aderem a um padrão monetário internacional; seu equilíbrio depende das reservas em moeda estrangeira. Consequentemente, o espaço para desenvolver-se dentro do sistema capitalista mundial está relacionado às regras

do padrão internacional e à posição geopolítica dos países centrais. Os padrões foram os seguintes (FIORI, 2000, p.120-132): Padrão Libra-Ouro, dólar-ouro e Dólar-flexível. O Padrão **a**) Libra-Ouro (1819-1914) coincide com o período de expansão comercial britânica. Fase de superávit na conta-corrente e déficit na conta global. Os déficits se dão no início da 1ª Grande Guerra. Com o acirramento do pré-guerra e das medidas protecionistas dos novos industrializados da Europa Ocidental em contra da Grã-Bretanha, esta nação sofre declínio comercial e financeiro. Junto disso, e com o financiamento americano na reconstrução da Europa e sua importância comercial, os EUA passam a receber o ouro do mundo, tornando-se assim cada vez mais centrais no sistema internacional induzindo um novo padrão monetário. O padrão **b**) dólar-ouro se expande ao fim das Grandes Guerras (EUA como grande potência) e se estende à 1971, quando os EUA, com a intenção de desvalorizar sua moeda e elevar os juros, convertem o dólar ao padrão flexível. **c) Com o padrão flexível**, os EUA podem variar seus juros e taxa de câmbio sem se preocupar com fuga de capitais. Variações cambiais apenas afetam as moedas externas que variam seu valor frente ao dólar em maior ou menor abundância no sistema financeiro internacional. Além disso, os EUA passaram a se auto financiar e cobrir seus déficit com a própria moeda e vendendo títulos da dívida. No Pós-Guerra, o novo padrão monetário se estabeleceu junto da expansão do poderio econômico/militar dos EUA a nível internacional; caracterizado por déficit global (saída de capitais e de crédito). A expansão da moeda americana se potencializou por meio do financiamento internacional e das multinacionais que se instalaram em países estratégicos geopoliticamente – com recursos naturais em abundância, força de trabalho barata, etc. Este período se caracterizou pelo desenvolvimento acelerado de algumas economias consideradas estratégicas para os EUA no combate à URSS. Os EUA ampliaram sua influência no sul asiático através do fortalecimento da economia japonesa, por meio de abertura unilateral, permitindo ao Japão acumular reserva internacional. O mesmo foi feito com a Coreia do Sul, Taiwan e China. O resultando disso foi a internacionalização do padrão dólar. Nesse contexto, a América Latina ficou ofuscada² pela instabilidade militar na região europeia e asiática.

Na década de 1970 houve aumento na competição internacional das multinacionais dos países centrais da Ásia e Europa reconstruída. A Europa passa a ter sua expansão puxada pela Alemanha, principal demandante dos produtos de seus vizinhos. No caso da Ásia, a expansão local esteve vinculada ao mercado unilateral estadunidense. Os países centrais no sistema capitalista internacional, num contexto de desaceleração do crescimento (1980-90), aumentaram suas relações comerciais entre si (expansão) em detrimento das regiões periféricas. Isso parece ter sido fruto do processo de integração entre as cadeias produtivas dos países da Europa Ocidental e destes com os EUA, assim como a Ásia. Ou seja, naquela conjuntura de instabilidade, os países mais ricos se sustentaram entre si, baseados em suas relações econômicas integradas em setores produtivos, o que lhes permitiu desenvolverem-se devagar, mas constantemente³ em meio à crise de reprodução capitalista internacional. A América Latina, por outro lado, esteve à margem dessa integração internacional e desintegrada (intra-regionalmente) produtivamente e financeiramente, foram os maiores prejudicados, pois deixaram de exportar produtos primários nesse contexto histórico e não estabeleceram relações locais que lhes permitisse negociar sua dívida externa e desenvolverem-se estrategicamente dentro de suas necessidades socioeconômicas – pobreza, analfabetismo, desemprego, falta de saneamento básico, etc. Diferentemente dos países centrais, que se integraram e transferiram a crise para as periferias – que literalmente pagaram a conta da redução da taxa de crescimento do capitalismo mundial a partir de 1980, entrando assim naquela terceira fase das multinacionais.

Com estes elementos esquematizadores da complexa realidade do capitalismo mundial, poderemos entender o processo de integração regional sul-americana, sabendo quais são os fatores do sistema mundial que condicionam este processo.

3 Fases de Integração Regional

Vistos os aspectos mais importantes do esquema do padrão de reprodução do capital e monetário internacional, o utilizaremos como pano de fundo e faremos outra esquematização sobre os principais traços políticos/econômicos do processo de integração econômica da América do Sul. Olharemos este processo desde uma ótica de aproximação brasileira à região e culminaremos num ponto de inflexão que é a virada do progressismo ao neoliberalismo e suas implicações sobre a política econômica regional; veremos isso num esquema de cinco (5) fases.

3.1 Primeira Fase: 1810 -1914 -1945

A primeira fase de integração se dá num contexto em que o sistema econômico internacional tem por centro a Europa Ocidental e posteriormente os Estados Unidos das Américas (EUA). A América Latina se situa à periferia do sistema e passa pelo processo de “independência” política; sua economia é majoritariamente primário-exportadora, sendo seus maiores clientes a Europa ocidental e os E.U.A. Essa relação de centro e periferia formou-se permeada por acordos internacionais desfavoráveis à periferia, idealizados pelos preceitos do liberalismo clássico.

O Brasil é um exemplo de país alinhado, à sua época, ao ordenamento internacional. O projeto de Brasil daquele momento (dividido entre liberais e nacionalistas), foi delineado por uma aristocracia dona do poder a fim de uma base econômica agro exportadora, importadora de manufaturados e de um ordenamento social composto por aristocratas, escravos e trabalhadores livres.

A face liberal explica a assinatura dos tratados desiguais e, depois deles, a política aduaneira, ou seja, o fato de estabelecer-se o Brasil na condição periférica de modo permanente. A face conservadora explica o malogrado projeto de industrialização dos anos 1840, a determinação de exercer um certo controle sobre o subsistema latino de relações internacionais e a negociação firme das fronteiras do território nacional (CERVO, 2003, p.8-11).

A partir de sua independência, o Brasil manteve-se alinhado ao centro Europeu, especialmente à Inglaterra, o que pode explicar seu distanciamento do continente em detrimento dos projetos integracionistas regionais: a) os independentistas e b) a Doutrina Monroe. Sendo este último o que mais interessou ao Brasil.

O Bolívarismo se estendeu pelos países hoje conhecidos como Peru, Venezuela, Bolívia Equador, Panamá e Colômbia, mas tinha por ambição libertar e unificar toda a América Hispânica (excluindo América Central e EUA), projeto político que fracassou, além de não

²O que mudou, em parte, com a Revolução Cubana (1959).

³E aqui estamos falando especialmente dos EUA.

tomar proeminência no Brasil. Não foram todos os países (ou colônias) que aderiram ao projeto libertador Bolivariano. Além do que, o Brasil mesmo não simpatizou muito com esse projeto (o Brasil não foi muito bem-visto pelos libertadores) devido às suas particularidades históricas, a principal delas o de ser naquele então um Império, gerando desconfiças nos “crioulos”, os quais lutavam contra a monarquia; outra particularidade brasileira foi sua próxima relação comercial com os ingleses desde o século XVIII. Vale mencionar que os independentistas tinham seus ideais em contraste com os da Doutrina Monroe:

Para Simon Bolívar, principal articulador das independências na América do Sul, a integração americana viria pela adoção de republicanismos fortes que controlassem a desordem da transição colonial à independência. Francisco de Miranda e Bernardo O'Higgins viam a possível integração das repúblicas sul-americanas no conjunto de um projeto aristocrático e autoritário de que eles mesmos eram seus próceres (SARAIVA, 1995, p.36-38).

A doutrina Monroe, declarada em 1823, pelo presidente estadunidense Monroe foi um projeto que pode se resumir na frase “América para os americanos”. Tutelado pelos EUA, um gigante econômico e político, surge o ideário de ruptura com a Santa Aliança, “Monroe vislumbrava uma América forte e unida, sob o comando espiritual das ideias da liberdade de mercado e da democracia”(SARAIVA, 1995, p.36-38). Tal doutrina almejava integrar as Américas de norte a sul. No entanto, o projeto se estendeu até a América Central. Na América do Sul foi barrado pela influência econômica e política dos ingleses sobre a região, mas não deixou de surtir algum efeito no Brasil.

O Brasil, ao sair de sua dependência como colônia encontrou amparo nesta doutrina, pois buscava reconhecimento internacional como país soberano ante à Europa, que lhe imputava acordos econômicos desvantajosos até então (SARAIVA, 1995, p.36-38).

Por meio de uma política econômica internacional agressiva, os E.U.A. dominam o México⁴. “Consolidada a hegemonia sobre as Américas do Norte e Central, os Estados Unidos passaram a disputar com a Inglaterra a hegemonia na América do Sul” (PINTO, 2008: 96. In: SILVA, 2008). Tal ofensiva falha inicialmente, enfraquecida pelo processo de divisão internacional do trabalho (imperialismo inglês).

Embora os E.U.A. tenham tentado estabelecer acordos bilaterais na região⁵ e também tenham tentado estender sua influência pela força⁶, a América do Sul manteve-se alinhada àquele ordenamento prévio, o que gerou conflitos entre EUA e Inglaterra, malogrando assim o projeto de integração estadunidense. O processo de expansão Pan-americana se limitou, portanto, ao Norte e ao centro das Américas. Podemos dizer que, em grande medida, foi a repartição do mundo da era imperialista que levou à falha das propostas integracionistas regionais da América do Sul nesta primeira fase.

Ao consolidar-se o domínio externo sobre a região e sua divisão internacional do trabalho, malograram as tentativas que vinham se realizando para a integração latino-americana, que, na época, se confundia com integração da América (SOUZA, 2012, p.89-93).

No entanto, nesta fase houve uma certa aproximação do Brasil a seus vizinhos.

Depois dos conflitos do Rio da Prata, da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, dos contatos de brasileiros com uruguaios e argentinos no reavivamento dos ideais republicanos hibernados desde o período regencial, contatos mais ricos e estreitos foram estabelecidos pelo Brasil no continente sul-americano (SARAIVA, 1995, p.36-38).

Mas isso não representou uma união ideológica o suficientemente forte. Já no século XX, delineiam-se os caminhos que trariam o Brasil, assim como México, Chile, Argentina, dentre outros, à preocuparem-se com sua região. A partir de 1914 começa o período de transformação do cenário internacional. Entre 1914 e 1945 ocorrem a primeira guerra mundial, a revolução russa (1917), a crise de 1929 e a segunda guerra mundial, os EUA têm na década de 1920 seus anos de ouro, tomando grande proeminência econômica, depois da segunda guerra nasce a guerra fria entre capitalismo e socialismo, os EUA ganham espaço internacional com o acordo de Bretton Woods, que levou ao financiamento dos países afetados pela guerra. Tem-se assim uma mudança no ordenamento do sistema capitalista. Os EUA aparecem como a principal potência econômica capitalista e paira no ar a ameaça socialista.

3.2 Segunda fase: 1914-1945-1991

Na segunda fase temos um processo de aproximação gradual entre os países latino-americanos, o Brasil passa a olhar mais aos vizinhos às suas costas. Isso se deu pelas mudanças do horizonte internacional, que se mostrava pouco favorável a essa região periférica quase que totalmente agroexportadora até aquele então. Com a queda das exportações, os países latino-americanos sofrem uma convulsão de seus atores sociais internos, que demandam por consumo e outras necessidades sociais particulares, favorecendo o processo de industrialização que se intensificou entre 1940-80, guiada por um novo tipo de Estado. Ainda em consequência do cenário externo hostil, os países latinos americanos se aproximam estrategicamente, fato que se vê na formação das instituições que surgem à época. No entanto, foi uma aproximação politicamente difícil.

Num primeiro momento dessa fase, o Brasil se alinha aos vencedores da guerra. “Por meio do sistema de benefícios e de barganhas que herdara da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou ser o aliado natural da potência imperial na América do Sul” (SARAIVA, 1995, p38-41). Esse foi um fator que ajudou a esfriar, por exemplo, a relação com a Argentina, a qual se manteve neutra diplomaticamente durante a guerra.

O liberalismo dominava e por conta do alinhamento do Brasil aos grandes centros da economia e política internacional, sua relação com a América Latina não foi priorizada. Mas isso estava por mudar.

Toma força um pensamento desenvolvimentista nacionalista, amparado por políticos e intelectuais. Delineiam-se então novos traços na região periférica. “A mudança paradigmática dos anos 1930-40 ocorreu como se fosse um movimento latino-americano”

⁴o capitalismo nascente nos Estados Unidos rompeu fronteiras e, depois de comprar a Flórida, a Lousiana e o Oregon, promoveu a guerra contra o México, em 1845, e anexou os estados do Texas, Califórnia, Colorado, Arizona, Novo México, Nevada e Utah” (SOUZA, 2012).

⁵(...) propuseram ao Brasil, em 1887, a realização de uma união aduaneira para, logo depois, em 1889, durante a 1ª Conferência Pan-Americana, propor “a formação de uma ampla comunidade comercial que envolvesse todos os países da América” (Ibid.: 97), numa antecipação da proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apresentada um século depois.” (SOUZA, 2012).

⁶(...) se somou à Doutrina Monroe, em 1904, com os EUA se reservando ao direito de, carregando um Big Stick (‘um grande porrete’, eufemismo para o uso brutal da força militar), intervir nos assuntos dos países latino-americanos sempre que ocorressem o que consideravam desordens e instabilidades internas nessas regiões” (PINTO, 2008: 98. In: SILVA, 2008).

(CERVO, 2003). No século XX surgem interesses de uma sociedade complexa, fortalece-se o desenvolvimento das forças produtivas internas, autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível, comercialização com países grandes e pequenos. Tendo-se em conta essas mudanças de perfil regional, podemos adiantar os impactos dessa conjuntura sobre a política externa do Brasil.

Essa nova fase proporcionou afastamento em relação aos EUA por conta da concorrência internacional que o Brasil passou a representar por conta de seus interesses desenvolvimentistas, trazendo o Brasil para perto dos países latino-americanos que aparecem como elemento regional estratégico para o desenvolvimentismo.

O processo diplomático e comercial brasileiro da diversificação de parceiros e na busca de relativa autonomia e espaço de manobra para avançar no desenvolvimento industrial foi incluindo, paulatinamente, a aproximação com a América Latina (SARAIVA, 1995, p38-41).

Por conta do colapso das antigas vias de comércio que fluíam para os países desenvolvidos do Norte e do desenvolvimentismo industrial periférico, começa a haver uma integração econômica significativa (menos politizada) nesta região. “Assim, em 1950, o intercâmbio entre os quatro países indicados [Argentina, Brasil, Chile e Uruguai] representava 9,2 por cento de seu comércio exterior total, e em 1953 já alcançava 12,2 por cento” (FURTADO, 1986: 260). Partindo dessa conjuntura, vemos uma integração estratégica do Brasil e seus vizinhos durante parte dessa fase.

Anos 1950-80, processo de aproximação estratégica à América latina e a outros países subdesenvolvidos.

[...] O Brasil criticou a distribuição de poder no sistema internacional, que havia congelado a possibilidade de emergência de novos centros de poder. Ao mesmo tempo, o País elegeu o pragmatismo e o ecumenismo ideológico, apesar da ditadura doméstica, como os melhores instrumentos para a ampliação dos seus espaços econômicos e políticos no mundo⁷ (SARAIVA, 1995, p38-41).

Nesse contexto de mirada ao sul, surgem as instituições que almejavam aproximação estratégica dos países subdesenvolvidos das Américas. a) CEPAL, 1948 (que também atuou na América central); ALALC, 1960 (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai; tendo aderido posteriormente Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia); ALADI, 1969 (1969, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru; 1973 Venezuela entra, 1976 Chile sai) e o Pacto Andino são seus nomes.

Em suma, essas instituições propunham, com algum grau de diferença, propostas de uma união comercial seja por meio de maior comercialização, tarifas comuns, união aduaneira, etc. Vemos nisso o caráter mais econômico dessa fase de integração, focando, é claro, o desenvolvimento estratégico nacional que busca integrar-se ao regional.

Mas a tão almejada integração econômica para o desenvolvimento regional não saiu efetivamente do papel. Segundo Padula (2010)⁸

A priorização de projetos nacionais de industrialização individuais e a desconfiança mútua entre governos ditatoriais na região estão entre os principais fatores que contribuíram para que os países permaneçam de costas uns para os outros. Ainda, a crise da dívida, o aumento do protecionismo em alguns países, e a proeminência neoliberal, propagada a partir dos países centrais e organizações internacionais, esmoreceram e realmente dissiparam a ‘primeira onda’ de integração regional na América Latina. Assim, seguiu prevalecendo a falta de uma articulação regional efetiva, ou mais precisamente a falta de uma articulação regional pelo desenvolvimento conjunto dos países da região (PADULA, 2010, p.20).

Além desse ar de desconfiança, houve um conjunto de outros fatores externos que enfraqueceram essa onda. Os EUA mantiveram sua influência internacional sobre a Europa por meio de seus financiamentos e suas bases militares, ao mesmo tempo que sobre a América Latina, difundiu o medo a uma ameaça socialista. Isso se vê na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1948, que se formaram para ratificar uma possível intervenção militar estadunidense sobre qualquer ameaça socialista ao continente.

Adiantando um pouco a história, a Europa começa a reerguer-se como mercado competitivo internacionalmente, assim como o Japão, uma nova potência industrial. Essa maior competitividade capitalista reforça os interesses dos EUA sobre a América Latina, um grande mercado consumidor, que não queria se abrir tão facilmente (por conta dos governos nacionalistas daquele então). Não coincidentemente, há uma derrocada daqueles governos nacional/desenvolvimentistas, substituídos por ditaduras que vigoraram entre 1960-1990, favorecendo as multinacionais norte-americanas que se instalam na região, enfraquecendo ainda mais essa aproximação que temos visto até aqui (SOUZA, 2012).

A partir da década de 1970 começa a deflagrar-se novos elementos que fazem os países da região se voltarem novamente a seu entorno geográfico, mas agora norteados por ideais neoliberais.

Ressurge assim no período de proeminência ideológica e das reformas e práticas político-econômicas neoliberais, que objetivaram a liberalização econômica (comercial e financeira), propagadas a partir dos países desenvolvidos e dos organismos multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio -GATT) por eles influenciados. Uma forma de regionalismo com enfoque comercial e econômico, na qual, de uma forma um tanto paradoxal, a ‘exclusividade’ dos arranjos regionais trabalharia pela liberalização comercial regional como instrumento da liberalização do comércio multilateral, segundo a visão do ‘regionalismo aberto’ (PADULA, 2010, p.21).

Além de um sistema mais competitivo, devido a esse regionalismo aberto que se delineia, alguns elementos regionais fazem com que o Brasil comece a superar sua imagem ameaçadora aos vizinhos, especialmente para a Argentina. São alguns acontecimentos que desde os anos 80 levaram à fragmentação das “rixas históricas” entre Argentina e Brasil e à formação de uma aproximação prática e menos idealista entre as duas potências regionais (SARAIVA, 1995).

3.3 Terceira Fase: 1991-2002

Antes de falarmos do MERCOSUL, assim como da Comunidade das Nações Andinas (CAN) e do processo de integração econômica do regionalismo aberto em si, vale destacar a ideologia econômica neoliberal que norteia esta fase. Veremos que apesar dos

⁷Podemos incluir aqui África e Ásia.

⁸A primeira onda mencionada pelo autor é a que nos conveio chamar aqui segunda fase.

resultados negativos sobre o progresso industrial da América Latina que vinha se desenvolvendo na fase anterior, a região avança com a integração econômica.

Após os regimes ditatoriais, houve uma remessa de presidentes neoliberais, que trouxeram consigo, a seus ministérios, monetaristas de formação norte-americana, os quais assumiram a liderança dos principais países latino-americanos. As táticas de governo para o desenvolvimento econômico e os respectivos presidentes são: “Tratamentos de choque, de corte neoliberal, foram aplicados pelos governos de Augusto Pinochet no Chile, Carlos Saúl Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Fernando Collor de Melo no Brasil, e Carlos Salinas de Gortari no México”. O Estado fica restrito a promover estabilidade monetária, o mercado cuida do resto. Essa vertente monetarista ganha ainda mais força com o novo posicionamento da CEPAL. Depois da autocrítica da CEPAL, a instituição se inclina ao neoliberalismo, dando força ao monetarismo. Essa tendência ganhou mais força nos países hispanoparlantes do que no Brasil, pois, este havia se tornado a 8ª economia mundial com a receita nacional/desenvolvimentista, sendo assim mais lenta sua transição para a “nova moda”(CERVO 2003, p15). Assim como a fase anterior, o monetarismo foi motivado por forças particulares.

O endividamento e o consenso de Washington aparecem como fatores externos que impulsionaram o paradigma monetarista, tendo como carro forte o FMI e o Banco Mundial. Pois, “o endividamento latino-americano dos anos 1980, cujo aumento deveu-se à elevação das taxas de juro durante os mandatos de Ronald Reagan, converteu os países da região em grandes esmoleiros internacionais” (CERVO, 2003, p.16). Para que “saíssem” da dívida e progredissem economicamente, deveriam seguir o receituário econômico ditado pelos credores. Uma receita que se mostrou prejudicial à autonomia produtiva latino-americana relativamente conquistada na fase anterior.

As exigências resumem-se em abertura econômica e esvaziamento das funções do Estado, ou seja, “ser Normal”. “Ser normal”, nesse contexto, seria alinhar-se aos comandos do centro, que dizia o que era ser normal. Privatização das empresas públicas e priorização do capital estrangeiro, abertura do mercado financeiro sem restrição de entrada ou saída de capitais, etc., são as medidas aconselhadas pelo centro para o progresso da periferia, em meio a uma onda de crise do sistema.

Essa abertura levou à financeirização da economia em detrimento dos interesses nacionais, o que conduziu gradualmente ao desmantelamento da indústria nacional e dos pequenos industriais, isso conquistado ao longo da segunda fase (mais intensamente no Brasil). Como consequência desse regionalismo aberto monetarista, aquele desenvolvimento industrial estratégico da fase anterior foi dilapidado gradualmente, ou nas palavras de Cervo: “encaminharam a destruição do patrimônio nacional construído em sessenta anos de esforços” (CERVO, 2003, p.18).

Vejam os países da região se integraram naquele contexto. A terceira fase de integração tem como marco inicial o Mercosul como evolução da ALALC e é caracterizada por seu pragmatismo, assim como a Comunidade Andina de Nações (CAN), 1996, evolução da ALADI. Se trata da aplicação de tratados comerciais concretos, adaptados à nova realidade neoliberal, diferentes ao que se havia iniciado na fase anterior. Nas palavras de Souza (2012):

Contraditoriamente, foi exatamente nesse período que avançou o processo de integração na América do Sul: enquanto o MERCOSUL, que se formara em 1991 como área de livre comércio, se transformava em união aduaneira em 1995, o Pacto Andino, que em 1996 transformou-se em Comunidade Andina de Nações constituía uma união aduaneira em 1995. Mas ambos os blocos retrocederam em relação à concepção original (presente no Pacto Andino quando da sua criação em 1969 e no MERCOSUL na fase dos acordos de 1986 e 1988): em lugar da integração produtiva prevista nos acordos iniciais, privilegiou-se a integração comercial; em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção regional, praticou-se o “regionalismo aberto” (SOUZA, 2012, p.112).

Segundo Padula (2010), ainda em 2000, seguia em vigor o regionalismo aberto. Porém, com pressões populares e a chegada dos governos populistas, temas além economia passaram a ser parte de discussão nesse regionalismo aberto. Segundo este autor, essas áreas extraeconômicas já eram debatidos desde a segunda fase⁹.

No entanto, apesar de os países latino-americanos terem se aproximado em termos mais concretos, não se pode apagar os prejuízos ao desenvolvimento nacional, humano e da própria autonomia internacional que os países haviam fortalecido na fase anterior. “Além da desnacionalização e da desindustrialização, o aumento do endividamento externo foi outra consequência desse processo de avanço econômico externo na América Latina na década de 1990” (SOUZA, 2009: 129). “Segundo a Cepal, a dívida externa da região aumentou de US\$ 500 bilhões em 1992 para US\$ 800 bilhões em 2000”¹⁰. (SOUZA, 2012, p.113, rodapé). São alguns dos retrocessos e avanços que culminaram na seguinte fase.

3.4 Quarta Fase: 2000-3-2016?

Nos anos 2000, começa uma onda de governos ditos progressistas na América latina, surgem em resposta aos desgastes político/econômico do regionalismo aberto, alinhado aos interesses econômicos das potências internacionais, especialmente aos EUA, principal cabeça do FMI e do Banco internacional, financiadores da eterna dívida internacional. Foram governos que dialogavam e trabalhavam, além de suas políticas sociais populares, por uma nova posição da região a nível internacional.

Três projetos se destacam para este fim. Após o fracasso (2005) do ALCA, por conta da insustentabilidade da relação dos EUA para com os países da América Latina, que não tinham suas petições ante os conselhos da ALCA atendidas ou debatidas gerou desgastes nas relações internacionais, até que os novos governos progressistas da região procuraram novos meios de trabalhar em suas necessidades nacionais, aderiram a novos projetos de integração: “União de Nações Sul-Americanas” (UNASUL), 2008; a “Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comércio de los Pueblos” (ALBA), 2005; e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos(CELAC), 2010, que se desdobrou na “XXI Cúpula do Grupo do Rio, de natureza política, e a II Cúpula da América Latina e Caribe – CALC, que trata de integração e desenvolvimento”. Estes dois últimos projetos geraram um ambiente favorável a um terceiro projeto, a CELAC, marcante por integrar o México a esta onda (SOUZA, 2012, p.119).

Até aqui, podemos ver nessa fase de integração o fortalecimento de políticas voltadas para os interesses nacionais e regional, indo além do econômico, mas também se preocupando com o desenvolvimento humano. São projetos que surgem em contraste com aqueles do regionalismo aberto, são alguns tipo de respostas ao processo de enfraquecimento da autonomia internacional perdida na fase anterior, retomando assim um tipo de inserção estratégica no sistema.

⁹Regionalismo estratégico, Padula (2010) indica como primeira fase.

Porém, a partir de 2015, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina (dentre outros eventos envolvendo os progressistas), nota-se uma mudança em relação à perspectiva integracionista dessa fase. Antes mesmo da eleição de Macri, há um processo de desgaste social, político e econômico desses governos progressistas, acompanhados pela crise de 2008. São diversos eventos ocorridos que vêm dando força a retomada de governos pouco preocupados com integração regional. O caso mais emblemático, com afastamento de Dilma de seu mandato em 2016, seu vice Michel Temer assume o cargo como presidente da República. Isso desencadeou atritos nas relações do Brasil com seus vizinhos.

Em seu primeiro discurso na conferência geral da ONU, em setembro, Temer foi boicotado por membros do ALBA. “Em entrevista a jornalistas, o chanceler José Serra minimizou o boicote e disse que teria impacto internacional próximo de zero “(...) A ONU tem cerca de 200 países, não me parece uma proporção significativa” (BBC Brasil, 20 setembro 2016). Evidencia-se aqui (e em eventos posteriores, basta ler os jornais) a não priorização sobre a região por parte desse novo governo. Enfim, são eventos que vem pondo em cheque a relação que vimos anteriormente se fortalecendo a nível regional em detrimento do centro internacional.

Grosso modo, é uma guinada regional que tem se desdobrado em várias frentes e, por sua atualidade, torna-se difícil prever no que vai dar. Depois do segundo semestre de 2016, o que se tem notado é um esfriamento (ou aquecimento) dessa quarta onda e um eventual afastamento do Brasil em relação aos vizinhos, assim como dos demais uns para com os outros, voltando suas miradas econômicas à Europa Ocidental e EUA. Isso vem junto à desaceleração da economia regional, desgaste político e renovação dos quadros políticos regionais.

3.5 Uma nova Fase: 2016 – x ?

Aqui abrimos espaço para repensar se a quarta fase foi de fato um novo paradigma ou apenas um resfriado do regionalismo aberto da década de 1990. No que nos conveio chamar quarta fase, tivemos que os governos progressistas aparecem favorecidos pelas assimetrias sociais e internacionais agravadas na fase anterior. São governos que se uniram em prol dos interesses nacionais e regionais, contestando aos projetos imperialistas dos EUA sobre a região que fracassam de vez em 2005.

Vimos que a onda progressista vem passando por sérios desgastes. Na Argentina e no Brasil esses governos já foram substituídos por personagens representantes do neoliberalismo, alinhados em seus interesses e ações aos preceitos econômicos centrais do capitalismo liberal. É como se houvesse o “retorno” ao regionalismo aberto. Mas tudo isso é muito novo. Num contexto geral (América Latina), não se pode prever o futuro, a integração pode tomar rumos inesperados com novas eleições.

No entanto, uma coisa já se tem bem em claro, há um conjunto de fatores que aparecem como novos ares (ou um antigo ar, ora eurocentrista ora pan-americanista), que vem dando outro rumo a essa quarta fase. Temos aí, talvez, o começo de uma quinta fase de aproximação regional. Brasil e Argentina, países centrais sobre região, já se mostram favoráveis a outro projeto econômico internacional diferente do que vinha se desenhando.

3.5.1 Análise de Conjuntura (2017)

Em base às notícias que circulam na região desde a década de 2010, pode-se notar um relativo enfraquecimento das relações político/econômicas nos padrões dos chamados governos progressistas, mudando o foco geoestratégico para outro, livre comercial e financeiro, este mais alinhado aos interesses hegemônicos sobre a região que ambiciona o oligopólio sobre o mercado e os recursos naturais regionais. Isto, em detrimento das relações inter-regional.

Isso se dá em parte pelo fracasso dos progressistas em ações mais concretas rumo à integração produtiva e pelo novo posicionamento diplomático dos atuais governos. Temos a partir de então uma série de medidas que refletem um atual distanciamento dos projetos integracionistas nos moldes progressistas e reaproximação liberal ao extrarregional.

Os efeitos disso na esfera inter-regional estão nalguns eventos que giram em torno da Venezuela. Com a crise política e econômica venezuelana e a chegada de Macri e Temer na Argentina e no Brasil, travaram-se os acordos da Unasul, vetados pela Venezuela.

Houve também desrespeito à institucionalidade da integração por meio de uma reunião de ministros em Lima (Peru) para debaterem medidas contra a Venezuela, desrespeitando as instituições criadas para isso. E a Alba enfrenta problemas de continuidade devido à crise venezuelana.

Também temos que, a Venezuela foi suspensa da presidência do Mercosul. Essa foi uma decisão conjunta dos ministros de relações exteriores dos demais membros do bloco. A decisão de sanção à Venezuela se deu em 1 h (uma hora) de debate numa reunião de emergência em São Paulo, decidiram aplicar a cláusula democrática do bloco após a instalação da “Asemblea Nacional Constituyente” na Venezuela.

Temos alguns outros eventos envolvendo a Argentina e o Mercosul. Anna Cecilia Malmstrom (ministra argentina) anunciou avanços na negociação de TLC entre MERCOSUL e União Européia, com possibilidade de ser assinado em dezembro em Buenos Aires.

Além disso, a Argentina tem demonstrado interesse na Aliança do Pacífico. Isso se vê na negociação de acordos Bilaterais que têm sido levados adiante com o México e Colômbia.

Ainda mais, o ministro da fazenda argentino apresentou formalmente o pedido de entrada no grupo da OCDE, onde México e Chile já são partes integrantes.

E porque isso tudo é importante? Além de revelarem o enfraquecimento das relações políticas e econômicas da região, mostram o alinhamento regional à interesses imediatistas e pouco preocupados com a autonomia e soberania dos atuais blocos regionais.

Para ressaltar esse enfraquecimento: Mauricio Macri viajou aos EUA para dialogar com Trump. Nessa ocasião, Macri foi como presidente pró-tempore do Mercosul e da Unasul. Nesse tom político, as reuniões da OMC e G20 serão sediadas na Argentina em 2018. E ainda, Argentina torna-se aliado da diplomacia estadunidense em assuntos sobre Venezuela e segurança regional – ao mesmo tempo que libera a instalação militar dos EUA na tríplice fronteira, onde está o Aquífero Guarani, Usina de Itaipu no Brasil, etc. Ou seja, um convite escancarado e alinhado à hegemonia do sistema internacional em detrimento dos projetos regionais que vinham tomando forma noutros termos de negociação.

Portanto, estes são alguns dos acontecimentos, mas não todos, que revelam uma tendência diferente daquela vista entre os anos 2000-2014. Em primeiro lugar destacamos a Venezuela por ser um Estado progressista numa onda de governos neoliberais, o que tem implicado em sérios impasses, uma vez que estes não dialogam com aquele, o que está pondo a Venezuela no centro de diversos conflitos internos, inter e extrarregional. Em segundo, temos a Argentina como membro do MERCOSUL, porém atuando bilateralmente com outros blocos sem levar em conta o bloco ao qual se situa, além do que, tem se posicionado como centro de articulação para os EUA sobre a região.

Podemos ver nisso o produto da desintegração inter-regional fortalecida numa fase anterior. Isso em meio a crises socioeconômicas e políticas dos principais Estados da região e a conflitos políticos entre os Estados antes alinhados, que agora possuem novos quadros políticos em ascensão, os quais estão rompendo laços diplomáticos da onda anterior e voltando-se à Europa, EUA e aos TLC's; confiantes no progresso religioso do livre comércio.

4 Considerações Finais

Podemos nos perguntar: a fim de contas, o que pode representar essa atual conjuntura de mudanças sobre a economia e política regional? A realidade da economia dependente, vulnerável às intempéries das economias centrais, imprime a necessidade de políticas econômicas que, independente do nome partidário do governo, são acima de tudo capitalistas. Isso pode ser visto nos acontecimentos que temos evidenciado acima e que ainda estão em marcha, desenrolando-se em outros acontecimentos importantes. E não é de se surpreender que com as próximas eleições presidenciais na América do Sul, surjam personagens políticos que representem o descontento atual das massas em relação às medidas neoliberais em marcha – e até mesmos necessários para a expansão do próprio sistema capitalista mundial. Em outra curva de expansão do capitalismo global, teremos outros “progressistas”? E na recessão? Nas ditaduras militares tivemos governos que, dependente da dinâmica do capitalismo internacional, tiveram políticas mais ou menos nacionalistas e mais ou menos expansivas. Na década de 1990 os governos democráticos e liberais ascendem num momento de forte crise inflacionária. Os progressistas assumem com as contas públicas relativamente bem ajustadas e em período de alta demanda internacional por produtos primários e saem de cena na queda da expansão. Podemos ver nisso um padrão, que conseqüentemente vai determinar os tipos de políticas econômicas necessárias para a manutenção do crescimento dependente e das relações intra-regionais, ora mais estratégicas em busca da autonomia produtiva, ora mais liberais em busca de fluxos comerciais e atração do capital externo para financiamento do crescimento regional. São políticas ora de estímulo ao crescimento, ora de contenção da recessão, ora atendem às demandas sociais relacionadas ao padrão de expansão do sistema, ora não atendem às demandas sociais ou até mesmo reduzem os direitos sociais para também navegar no padrão de expansão, em detrimento de projetos estratégicos de fortalecimento da autonomia sul-americana.

5 Referências

AHAROBIAN, A. *Faltó decisión política para la integración*. Un ALCA de facto. En: El progresismo en su Laberinto. Editorial Ciccus., 7 julio, 2017. <<http://www.nodal.am/2017/07/falto-decision-politica-la-integracion-alca-facto/>>. Visto: 23/11/2017 02:28min

ALBUQUERQUE, L.F. *Brasil: alertan sobre el peligro que corren las iniciativas de integración regional universitaria*. BRASIL DE FATO: 4 agosto, 2017. <<http://www.nodal.am/2017/08/brasil-alertan-la-amenaza-las-iniciativas-del-integracion-regional-universitaria-del-gobierno-temer/>>. Visto: 22/11/2017 16:35h.

BBC MUNDO. *Recessão brasileira também está 'afundando' o resto da América Latina*. Marcelo Justo, 23 janeiro 2016. Em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160121_recessao_brasil_america_latina_rb . Visto: 11/23/2017.

BBC MUNDO. *Por que 2017 pode consolidar a guinada à direita na América Latina*. Gerardo Lissardy, Nova York, 8 janeiro 2017. Em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38529523>. Visto: 11/23/2017

CLAE. *Otra infamia consumada: suspenden a Venezuela del Mercosur por “tiempo indefinido”*. 7 agosto, 2017. Em: (<http://estrategia.la/2017/08/07/otra-infamia-consumada-suspenden-avenezuela-del-mercosur-por-tiempo-indefinido/>); clae (<http://estrategia.la/author/clae/>).

CHANG, H.J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. UNESP: São Paulo, 2004.

CANCILLERIA DE ARGENTINA. *Temer y Macri acuerdan flexibilizar el Mercosur y arremeten contra Venezuela*. NODAL: 4 Oct, 2016.

CERVO, A.L. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque paradigmático. *Rev. Bras. Polit. Int.* 46 (2): 5-25 [2003].

DW. *The eurozone crisis by the numbers*. <<http://www.dw.com/en/the-eurozone-crisis-by-the-numbers/a-18523237>>. Visto: 11/23/2017.

DW. *Europeans head to Latin America to escape economic crisis at home*. 28.07.2015. <<http://www.dw.com/en/europeans-head-to-latin-america-to-escape-economic-crisis-at-home/a-18609971>>. Visto: 11/23/2017.

EICHENGREEN, B. J. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. Tradução de Sergio Blum. 34: São Paulo:2000.

ESTADÃO. *Una Chance Para el Mercosur* . em NODAL 21 Oct, 2016. <<https://www.nodal.am/2016/10/una-chance-para-el-mercosur-diario-estadao-brasil/>>

FELLET, J. *Os diferentes interesses e atitudes das seis delegações que boicotaram discurso de Temer na ONU*. BBC Brasil: 20 setembro 2016, Nova York.

FELLET, J. *FMI elogia propostas econômicas de Temer e cobra Congresso a aprovar reformas*. BBC Brasil: 29 setembro 2016, Washington.

FURTADO, C. *A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos*. Editora Nacional: 1986, São Paulo.

FIORI, J. L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Editora Vozes: 2000 Petrópolis.

G1. *Temer defende que Mercosul e União Europeia acelerem acordo comercial*. Presidente deu declaração durante reunião da Câmara de Comércio Exterior. Ele disse que Mercosul precisa se 'fortalecer', revisando estrutura tarifária. 28/09/2016, Brasília.

LARSEN, F. *América Latina hacia la integración neoliberal y las relaciones cordiales*. NODAL: 27 abril, 2017. <<http://www.nodal.am/2017/04/america-latina-hacia-la-integracion-neoliberal-las-relaciones-cordiales-federico-larsen/>>. Visto: 23/11/2017 02:49 am.

----- *América Latina hacia la integración neoliberal y las relaciones cordiales*. NODAL: 27 abril 2017. <<http://www.nodal.am/2017/04/america-latina-hacia-la-integracion-neoliberal-las-relaciones-cordiales-federico-larsen/>> . Visto: 23/11/2017

NODAL. *Entrevistas a Eduardo Dvorkin y a Eduardo Lucita sobre el TLC entre el Mercosur y la UE*. 15 noviembre, 2017. <<http://www.nodal.am/2017/11/entrevistas-eduardo-dvorkin-eduardo-lucita-tlc-mercosur-la-ue/>>. Visto em 18/11/ 2017

OSORIO, J. *O Estado no Centro da Mundialização: A sociedade civil e o tema do poder*. Outras Expressões: São Paulo, 2014 (anexo capítulo IV e capítulo X)

PADULA, R. *Integração de Infraestrutura e Comércio na América do Sul nos Anos 2000: Uma análise Político-Estratégico*. UFRJ: 2010, Rio de Janeiro.

PINTO, L F. S. As Relações Internacionais Contemporâneas e a América Latina. In: SILVA, L.M.N.M., PINTO, L.F.S. & SOUZA, N.A. *Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana*. Editora UFMS: 2008, Campo Grande.

SOMBRA SARAIVA, J. F. O Brasil e a Integração Hemisférica: vertente histórica. In: *Em Aberto: Brasília*, ano 15, n.68, out. /Dez. 1995.

SANTOS, T. *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: As Novas Tendências da Economia Mundial e a Integração Latino-Americana*. Vozes:1993, Petrópolis.

SEITZ, M. *Argentina: ¿qué hizo Macri para que Obama lo visite a sólo 100 días de haber asumido?* BBC Mundo, 23 marzo 2016. <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160321_argentina_eeuu_obama_visita_macri_ms>.

SOUZA, N.A. América Latina: as Ondas da Integração. *OIKOS: Rio de Janeiro*, Volume 11, n. 1, 2012. págs. 90-129. <www.revistaioikos.org>.

SOUZA, N.A. *Economia Internacional Contemporânea: da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008*. Atlas: 2009, São Paulo.

SOUZA, N.A. *Ascensão e Queda do Império Americano*. CPC-UMES/Mandacaru: 2001, São Paulo.

UNASUR. *Brasil: pronunciamiento de Unasur sobre el avance hacia el impeachment contra Dilma Rousseff*. in NODAL, 19 Abr, 2016.

UVAL, N. *La integración social y política de América Latina tras una década de gobiernos progresistas*. NODAL: 28 agosto, 2017. <<http://www.nodal.am/2017/08/la-integracion-social-politica-america-latina-tras-una-decada-gobiernos-progresistas-natalia-uval/>>. Visto: 22/11/2017 16h.

VENTAS, L. *Como a Saída de Dilma Muda o Panorama Político na América Latina*. BBC Mundo: 14 maio 2016.

VILLABOY, S.G. Nueva historia mínima de América Latina: Biografía de un continente. In: *Archivo General de la Nación* (Vol. CCXXV): 2015, Santo Domingo.

XAVIER, J.F.L. *Fases de Integração e o Século XIX. XVI Congresso Internacional Fomerco. Salvador/Bahia, 2017*. <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503804282_ARQUIVO_OndasdeIntegracaoeosec.XXI.pdf>